

Liminar expõe impasse salarial, mas só sob pressão terá efeito

Em meio ao movimento nacional de contestação mantido pelos servidores nos últimos meses e ao crescente aumento da insatisfação no setor, a ministra Rosa Weber determinou que o Congresso Nacional considere e analise as propostas orçamentárias originais do Poder Judiciário e do MPU como parte do projeto de orçamento da União para 2015.

A decisão tem o mérito de manter a discussão sobre os projetos salariais em pauta e em evidência, mas é incapaz de assegurar avanços ou vitórias aos trabalhadores sem que haja muita pressão sobre o governo Dilma, os parlamentares e a própria cúpula do Judiciário para que busquem um acordo.

Nesse sentido a categoria precisa se preparar para enfrentar medidas que atacam os trabalhadores. Tais medidas estariam sendo gestadas no Planalto.

Há ainda o risco de a liminar ser usada por parlamentares para viabilizar aumentos apenas para os próprios vencimentos, dos ministros do STF e magistrados, como já há indícios de que estaria sendo ventilado no Congresso, de acordo com alguns veículos de comunicação.

Pressão no STF

A decisão da ministra Rosa Weber saiu dois dias após dirigentes da federação nacional (Fenajufe) e do Sintrajud-SP voltarem a cobrar pessoalmente de três ministros do Supremo Tribunal Federal avanços na questão salarial.

Foram cobrados os ministros Ricardo Lewando-

wski, que preside a corte, Dias Toffoli, chefe do Tribunal Superior Eleitoral e autor de pedido de vista no processo que julga a data-base no STF, e a própria ministra Rosa Weber, relatora do mandado de segurança movido pela Procuradoria-Geral da República contra os cortes feitos nas propostas orçamentárias do Poder Judiciário Federal e do MPU pelo governo.

Com respostas quase sempre evasivas, os ministros ficaram distantes da determinação desejada pelos servidores na defesa da autonomia entre os poderes e de direitos atropelados pelo governo. “Cumprimos o dever de cobrar e manter o presidente do STF sob pressão, trazendo ao seu conhecimento a insatisfação da categoria com a postergação da segunda reunião de negociação entre representantes do STF e governo”, resume Adilson Rodrigues, da coordenação da federação nacional (Fenajufe).

“Foi uma conversa rápida, não agendada. Ele já começou perguntando se tinha alguma greve vindo por aí e, depois que pedimos empenho nas negociações para o Executivo não nos enrolar como em 2010, disse que não deixaria isso acontecer porque era o maior interessado em resolver esse assunto”, diz Antonio Melquíades, o Melqui, dirigente do Sintrajud e um dos que participaram da improvisada reunião.

A referência do ministro à greve não parece gratuita. Reflete o que foram os últimos seis meses, marcados por duas greves nacionais, paralisações, protestos e uma crescente insatisfação na catego-

ria. As mobilizações, embora muito desiguais, inegavelmente pautaram a questão salarial, algo improvável sem essa movimentação.

Lewandowski disse esperar que a reunião com o Ministério do Planejamento ocorra nos próximos dias, mas não apontou data e disse que esperava o retorno do diretor-geral do STF, Amarildo Vieira, das férias.

Decisão de Rosa Weber é parcial

A liminar da ministra Rosa Weber deve ser trabalhada politicamente, mas sem que se perca a compreensão de que não será ela a protagonista em uma possível futura vitória da categoria, avaliam os servidores. Tal observação valeria mesmo que ela acatasse todas as demandas apresentadas na ação – posto que o que está em questão envolve mais disputas políticas e econômicas do que impasses legais e constitucionais, por mais que eles existam.

Isso fica mais evidente quando se analisa a íntegra da decisão – que atende apenas parcialmente aos questionamentos do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. A ministra reafirma o consagrado entendimento de que a Constituição veta ao Executivo a possibilidade de alterar propostas orçamentárias dos demais poderes se elas atenderem aos parâmetros legais.

A liminar determina que depu-

tados e senadores analisem os itens excluídos das previsões para o orçamento do Judiciário e do MPU como partes integrantes do projeto orçamentário da União e não como emendas ao texto do governo – eles foram encaminhados apenas como anexos.

Mas Rosa Weber não acata a principal solicitação da Procuradoria-Geral: que o Executivo reencaminhe o projeto de Lei Orçamentária Anual com a inclusão do inteiro teor das propostas do Judiciário e do MPU, com as respectivas previsões de receitas para as despesas previstas.

“Não me parece razoável, entretanto, em juízo de delibação, o pretendido reconhecimento da nulidade da mensagem presidencial que encaminhou o projeto de lei orçamentária anual, com comando de envio de nova proposição legislativa pela autoridade coatora”, assinala, alegando que o prazo constitucional para envio do projeto venceu em agosto e que a Comissão Mista do Orçamento pode alterá-lo com base nas propostas anexas.

Encontro do funcionalismo

Mais adiante, em outra consideração polêmica, a ministra observa que uma medida judicial que determinasse a alteração das previsões de despesas acabaria invadindo a autonomia do Executivo.

“De mais a mais, enfatizo que eventual comando para nova consolidação das propostas, por par-

te da autoridade coatora, não poderia redundar em inversão na equação, desta feita com ofensa à autonomia orçamentária e financeira do Poder Executivo. Tampouco este pode ser compelido a reduzir suas expectativas de despesa, para acomodar as pretensões de gastos deduzidas pelo Poder Judiciário”.

De todo modo, a liminar fez barulho e repercutiu também na mídia comercial – mesmo que quase sempre de forma torta, como se a decisão se referisse apenas às pretensões de aumento dos juízes. Atuar para converter esse barulho em avanços políticos na luta contra o congelamento salarial – em um cenário no qual a mídia, empresários e o próprio governo sinalizam que um ajuste fiscal vem aí – é o desafio posto aos servidores.

No final de novembro, representantes eleitos em assembleias estaduais dos trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU fazem uma reunião ampliada na FenaJUFE, em Brasília. Antes, de 14 a 16 do mesmo mês, amplos setores do funcionalismo federal se encontram para preparar a retomada da atuação conjunta. O SINTRAJUSC estará presente.

Nos estados, o cenário atual deve ser debatido com a categoria em assembleias e reuniões – numa articulação nacional para uma luta que deve continuar. Por Hércio Duarte Filho (Sintrajud), com edição do Sintrajusc

Atenção, servidores da Justiça do Trabalho
Já estão no site do Sindicato os modelos de defesa
administrativa para contestar os descontos do PSSS